

Comarca de Vitória da Conquista recebe 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

FOTO: DIVULGAÇÃO



Pgs. 10 e 11

Pg. 04 e 05

Presidente sanciona lei que institui política de trabalho digno para população em situação de rua

Pg. 13

Estudantes da rede estadual do interior da Bahia desenvolvem sacolas de bioplástico feito com sisal

Polícia Federal combate garimpo ilegal na Bahia e em Pernambuco

Pg. 12

Expediente

Jogos de azar X apostas esportivas: Qual é a diferença?

Legislação tem interpretações distintas para cada uma destas atividades: enquanto os jogos de azar são enquadrados como contravenções penais, as apostas esportivas são consideradas legais pela lei brasileira

FOTO: DIVULGAÇÃO

**JÉSSICA MATTIA**

jessica@pmaisg.com.br

CURITIBA, 16/01/2024 - As apostas esportivas não podem ser consideradas jogos de azar, ao menos aos olhos da legislação brasileira. Enquanto os considerados de azar – grupo no qual se incluem o jogo do bicho, cassinos (físicos ou online) e entretenimento digital, caso do “jogo do aviãozinho”, que ficou mais conhecido no final de 2023 – são considerados contravenções penais (em razão da previsão no Decreto-Lei nº 3.688, de 1941), as apostas esportivas são legalizadas no Brasil, em razão da edição da Lei nº 13.756/2018, que regularizou esta atividade no país.

Porém, apesar da previsão na lei de 2018, a exploração das apostas esportivas foi devidamente regulamentada em dezembro de 2023. No último dia 31 de dezembro, o Projeto de Lei nº 3.626/23, que trata do funcionamento das apostas esportivas de quota fixa, as chamadas bets, foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em contrapartida, os denominados jogos de azar – em razão da proibição expressa do Decreto-Lei nº 3.688/1941 – não são legalizados, apesar de haver forte interesse por parte de alguns setores. Em 2022, a Câmara Federal aprovou o PL 442/91, que trata da regularização dos jogos de azar e de apostas em território nacional. O PL, no entanto, ainda não foi apreciado pelo Senado e, portanto, não vigora no país.

“No caso das apostas, existia um claro interesse do governo na sua regulamentação em razão do potencial aumento de arrecadação, sobretudo em razão da previsão de pagamento de outorgas elevadas, no patamar de milhões de reais, para exploração da atividade em ambiente devidamente regulado”, afirma o advogado Thiago Priess Valiati, doutor em direito administrativo pela Universidade de São Paulo (USP), e sócio e fundador do escritório Razuk Barreto Valiati, atuante em Direito Regulatório e no setor de apostas. No caso das apostas esportivas, a avaliação do Ministério da Fazenda é de recolher cerca de R\$ 2 bilhões somente com os sites de apostas esportivas em 2024.

Diferença entre apostas esportivas e jogos de azar

Além disso, existe uma distinção entre as apostas esportivas e os jogos de azar. No primeiro caso, o interessado é capaz

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

@jsudoestebahia

Jornal do Sudoeste

@jornaldosudoeste

Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda**Cnpj: 36.607.622/0001-20****LM Sudoeste Comunicação Ltda****Cnpj: 11.535.761/0001-64****Publicado desde 1998****Conselho Editorial**

Antônio Luiz da Silva

Antônio Novais Torres

Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva

(77) 99838-6283

(77) 991196080

editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus

(77) 98816-6680

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997

Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496

esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858

lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva

(77) 99857-7493

socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel

(77) 99805-3982

diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Administração – Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto

(77) 3441-7081

(77) 99804-5635

secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081

(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com

jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsAAp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

de acompanhar o resultado para saber se ganhou ou perdeu: por exemplo, se o time em que acreditou e apostou se sagrou vencedor. Ademais, no momento de realização da aposta, é possível saber qual será o lucro obtido em caso de resultado favorável. São as chamadas apostas de quota fixa, previstas no artigo 29 da Lei nº 13.756/2018.

Em contrapartida, o “jogo do aviãozinho” e similares, por exemplo, dependem de um algoritmo que é desconhecido pelos apostadores. Em jogos de azar, via de regra, não existe como verificar a forma como se chegou a um resultado, ao contrário das apostas esportivas, no qual é possível checar qual foi o desfecho.

No “jogo do aviãozinho” ou mesmo em uma roleta de um cassino físico ou digital, torna-se impossível determinar se os proprietários do local ou os desenvolvedores do algoritmo fizeram mudanças para serem favorecidos. Em muitos casos, o apostador não consegue nem sequer determinar qual será a valorização que terá do dinheiro despendido.

E onde se enquadram as loterias?

Regularizadas em 1967, as loterias são consideradas um monopólio do Estado brasileiro, conforme o artigo 1º do Decreto-Lei nº 204/1967. “A exploração de loteria, como derrogação excepcional das normas do Direito Penal, constitui serviço público exclusivo da União não suscetível de concessão e só será permitida nos termos do presente Decreto-lei”, prevê o texto do Decreto. A partir de um julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2020, por sua vez, os Estados também foram autorizados a explorar as respectivas loterias em âmbito estadual.

“Uma das especificidades da loteria é o fato da redistribuição de seus lucros se destinar a outras finalidades sociais, como a educação, a saúde e a segurança, por exemplo, em razão da exploração da atividade ser realizada pelo Estado. A lei estabelece ‘aplicações de caráter social e de assistência médica’. Além disso, as apostas de quota fixa, legalizadas com a lei de 2018, foram criadas como uma modalidade lotérica, a partir do artigo 29 desta lei, e também podem ser exploradas pelas loterias estaduais. Em alguns Estados, aliás, como o Paraná, essa regulamentação já se encontra em um estágio mais avançado do que o verificado no âmbito federal. A verdade é que a União demorou muito para regulamentar as apostas esportivas no país”, ressalta e defende Thiago Valiati.

Recentemente, o Estado do Paraná passou a oferecer e operar uma loteria própria, a Lottopar, caracterizada como uma autarquia estadual. À Lottopar, compete a exploração, administração e fiscalização das loterias e apostas no âmbito do Paraná. “A Lei 20.945/2021, que criou a Lottopar, prevê que a autarquia estadual pode executar diretamente ou delegar, mediante permissão ou concessão as atividades de loterias e apostas”, destaca Valiati. Segundo o especialista, a exploração das apostas em ambiente regulado permite o credenciamento de empresas e que poderão explorar essa modalidade de forma organizada pelo Estado. “A concessão, via credenciamento de múltiplos concessionários em ambiente de livre concorrência, será por um período de cinco anos, prorrogáveis por igual período”, completa.

anîma
SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



Presidente sanciona lei que institui política de trabalho digno para população em situação de rua

Objetivo é promover qualificação profissional, elevar escolaridade e garantir direitos humanos e oportunidades a pessoas em situação de rua

IMAGEM: DIVULGAÇÃO



SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

mprensa.secom@mcom.gov.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei Nº 14.821, que institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua). O texto foi publicado no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 17 de janeiro, e é destinado a promover qualificação profissional, elevação da escolaridade, garantir direitos e ampliar chances de trabalho e renda para pessoas em situação de rua.

A lei, proposta originalmente pela deputada federal Erika Hilton, define como população em situação de rua o grupo populacional que tem em comum a falta de moradia e usa áreas públicas urbanas como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório. A condição pode estar associada a outras vulnerabilidades, como pobreza e vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.

A política estabelece 11 diretrizes, entre elas a oferta de condições de autonomia financeira e de enfrentamento da pobreza, por meio de programas redistributivos, de elevação da escolaridade, de qualificação profissional e de promoção do acesso amplo, seguro e simplificado ao trabalho e à renda. Também prevê o fomento de ações de enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência contra pessoas em situação de rua no ambiente de trabalho.

A política conta com três eixos estratégicos:

- » Incentivos à geração de empregos e à contratação de pessoas em situação de rua
- » Iniciativas de fomento e de apoio à permanência para qualificação profissional e elevação da escolaridade
- » Facilitação do acesso à renda e incentivo ao associativismo e ao empreendedorismo solidário, por meio de implantação de política nacional e desburocratizada de acesso ao microcrédito.

Segundo o texto, a União, por meio do Poder Executivo, e os demais entes federativos poderão firmar convênios com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos para desenvolver e executar projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios e objetivos da política.

O poder público deverá instituir rede de Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua) com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que buscam orientação profissional e inserção no mercado de trabalho.

RUAS VISÍVEIS – A PNTC PopRua conecta-se ao “Plano Ruas Visíveis - Pelo direito ao futuro da população em situação de rua”, lançado em dezembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A iniciativa abrange o investimento inicial de R\$ 982 milhões para promover a efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

O plano, que tem como um dos principais objetivos garantir o direito à moradia, contempla 99 ações que serão desenvolvidas a partir de sete eixos. A articulação envolve 11 ministérios, em parceria com governos estaduais e municipais e em diálogo com os movimentos sociais da população em situação de rua, representantes dos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, sociedade civil organizada, setor empresarial, universidades, trabalhadoras e trabalhadores.



Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: **Gilvanio Rocha da Silva**

Covid-19: três anos após 1ª vacina, imunizar grupo de risco é desafio

“Continuam acontecendo mortes pela covid-19”, diz médico

FOTO: RAVENA ROSA / AGÊNCIA BRASIL



POR CAMILA BOEHM E CAMILA MACIEL

agenciabrasil.abc.com.br

Há três anos, no dia 17 de janeiro de 2021, foi vacinada a primeira brasileira contra a covid-19. A enfermeira Mônica Calazans recebeu a dose da Coronavac, imunizante produzido pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sino-vac. Atualmente, o desafio é aumentar a cobertura vacinal do público considerado de risco para a doença, conforme avaliam especialistas ouvidos pela Agência Brasil.

O médico infectologista Gonzalo Vecina Neto, ex-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), ressaltou que, embora a pandemia de covid-19 tenha sido “debelada”, o vírus continua circulando e ainda há mortes pela doença. “Continuam acontecendo mortes pela covid-19. Então uma questão importante é atualizar o calendário vacinal”, alertou.

Durante a pandemia, segundo avaliação do médico, o país passou por momentos muito críticos, como o comportamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e representantes do governo federal, que se posicionavam de forma negacionista e antivacina. Por outro lado, Vecina apontou como positiva a atuação por parte da rede periférica de serviços de saúde pública para conseguir avançar na imunização da população.

“Principalmente a atenção primária [de saúde], que se dispôs e conseguiu avançar muito dentro da possibilidade de vacinação. Apesar da campanha contra, apesar dos negacionistas, nós conseguimos controlar a pandemia graças à expansão da vacinação”, disse.

Primeira pessoa vacinada contra a covid-19 no Brasil, a enfermeira Mônica Calazans contou à Agência Brasil que aquele momento não sai de sua mente. “Eu lembro do momento com muita emoção, me traz a memória [de que] naquele momento a gente estava saindo de uma situação por conta da vacina. Então me traz também muita alegria porque eu estava mostrando para os brasileiros que o que nós temos de seguro para enfrentar a covid-19 é a vacina”, disse.

“Eu entendo que estava representando os brasileiros, a gente não tinha esperança de nada. E, no dia 17 de janeiro de 2021, eu consegui trazer um pouco de esperança no coração brasileiro. Foi uma questão de muita alegria, emoção misturada com esperança. Foi um fervilhão de sentimentos naquele dia”, acrescentou a enfermeira.

Ela lembra de situações no transporte público ao comparar o período mais crítico da pandemia com o momento atual. “Naquele

momento tão crucial, tão traumático, as pessoas tinham medo até de sentar ao seu lado [no transporte], as pessoas não se aproximavam. E hoje não”.

“Hoje você consegue andar sem máscara, você consegue ver o sorriso das pessoas, você pega na mão das pessoas, porque anteriormente você não pegava na mão de ninguém”, comparou. Apesar disso, ela destaca a importância de se manter a vacinação contra a covid-19 ainda hoje.

Vacinação infantil

O infectologista Gonzalo Vecina Neto ressaltou que atualmente há uma baixa cobertura de vacinação de crianças. “A mortalidade está muito elevada nas crianças abaixo de 5 anos por causa da baixa cobertura”, acrescentou. As variantes que estão circulando atualmente têm uma grande capacidade de disseminação, mas uma mortalidade mais baixa. No entanto, a doença pode ainda acometer de forma grave especialmente os grupos que têm menos defesas imunológicas.

Tais grupos são os idosos, crianças pequenas, gestantes e portadores de comorbidades. “Esses grupos têm uma fragilidade do ponto de vista de enfrentar imunologicamente o invasor no corpo, por isso eles se beneficiam da vacina. Particularmente esses mais frágeis, ao terem a doença, tem uma maior possibilidade de hospitalização e de morte”, explicou Vecina.

De acordo com Rosana Richtmann, infectologista do Instituto Emílio Ribas, a tendência é que se faça a vacinação anual especialmente para os grupos de maior risco, utilizando vacinas que consigam dar proteção contra as novas variantes do vírus causador da doença.

“O que a gente aprendeu com a covid-19 é que o vírus vai tendo pequenas mutações, ele vai mudando a sua genética, vai escapando da nossa imunidade. Isso é um processo contínuo. Então, muito mais importante do que você me contar quantas doses de vacina de covid-19 você tomou nesses últimos três anos, a minha pergunta seria quando foi a sua última dose e qual vacina você tomou. Se você tiver uma dose atualizada, é suficiente”, explicou.

A infectologista destacou que, nos Estados Unidos, já está disponível a vacina mais atualizada, uma monovalente que combate a variante XBB da doença. “O Brasil está usando a bivalente [que combate cepas anteriores], dentro do país é a mais atual, mas não é a mais atualizada disponível no mundo. A gente julga que, neste momento, seria importante o Brasil adquirir essa vacina monovalente atualizada no lugar da bivalente”, defendeu.

Para Richtmann, um dos principais desafios a serem enfrentados neste momento é justamente a vacinação de crianças pequenas, a partir de seis meses de idade, considerado grupo de risco para a doença. Ela resalta que adultos e crianças maiores chegaram a ter a doença ou tomar a vacina, o que garante alguma proteção contra o vírus.

“Há um desafio para vacinar essa população, porque é uma população virgem de proteção, eles não têm proteção nem adquirida, nem através da vacinação”, disse. Ela reforça a importância de a vacinação de crianças contra a covid-19 fazer parte do Programa Nacional de Imunizações (PNI). “No ano passado, tivemos 135 mortes de crianças, é um número que poderia ter sido prevenido através de vacinação”, acrescentou.

Ministério da Saúde

A Campanha Nacional de Vacinação contra a covid-19 no Brasil começou em 18 de janeiro de 2021, após a aprovação para uso emergencial das vacinas Sinovac/Butantan e AstraZeneca/Fiocruz, no dia anterior, informou o Ministério da Saúde (MS), acrescentando que o êxito da campanha foi possível mediante o envolvimento das três esferas de governo.

Até o momento há cinco vacinas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e em uso no Brasil: duas com autorização para uso emergencial (CoronaVac/Butantan e Comirnaty bivalente Pfizer) e três com registro definitivo (AstraZeneca/Fiocruz, Janssen-Cilag e Comirnaty Pfizer/Wyeth). No país, as vacinas covid-19 continuam disponíveis e são recomendadas para a população geral a partir dos 6 meses de idade.

“Em fevereiro de 2023, juntamente com o lançamento do Movimento Nacional pela Vacinação, foi iniciada a estratégia de vacinação para grupos prioritários com a vacina bivalente e com a recomendação de dose de reforço para essa população a partir de 12 anos. Ainda em 2023, essa estratégia foi incorporada ao Calendário Nacional a vacinação para o público infantil de 6 meses a menores de 5 anos”, disse a pasta, em nota.

Na avaliação de cobertura vacinal, para o esquema primário de duas doses, com as vacinas monovalentes, o MS registra uma cobertura de 83,86%, desde o início da campanha em janeiro de 2021 até janeiro de 2024.

“É importante destacar que, à medida que forem obtidas novas aprovações regulatórias e as vacinas adaptadas às novas variantes, o Ministério vai adequando as necessidades assim que os imunizantes estiverem disponíveis no país por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), seguindo as recomendações e atualizando os esquemas de vacinação”, diz a nota.

Alerta: Casos de inflamações auditivas podem aumentar cerca de 70% no Verão

Banhos de mar e piscina sem cuidados extras podem ser grandes vilões, segundo otorrinolaringologista

POR CAMILA BOEHM E CAMILA MACIEL

agenciabrasil.abc.com.br

Engana-se quem pensa que está a salvo de problemas auditivos na estação mais festiva do ano por causa das temperaturas mais elevadas. Apesar de ser um sinônimo de diversão para os brasileiros de forma geral, o Verão também requer atenção redobrada quando o assunto é saúde auditiva porque muita gente recorre às praias e piscinas nesta época para se refrescar do calor. De acordo com o otorrinolaringologista André Apenburg, da Otorrino Center, empresa que integra o Grupo H+Brasil, uma das maiores holdings de saúde do país na área de multiespecialidades, os casos de inflamação ou infecção no ouvido (otites) aumentam em cerca de 70% nesta época do ano e, na maioria das vezes, são desencadeados por estas práticas, quando não realizadas de forma cuidadosa.

“O contato frequente e prolongado do ouvido com a água pode gerar pequenas lesões na pele que reveste o conduto auditivo, removendo a cera, que é a proteção natural contra a ação de bactérias e fungos. Sem ela, o ambiente fica propício à proliferação desses micro-organismos, gerando desconfortos ao paciente, como dor local, diminuição da audição, zumbido,



FOTO: DIVULGAÇÃO

O otorrinolaringologista André Apenburg alerta para o aumento de casos de otite no verão

sensação de pressão ou água nos ouvidos, dentre outros”, detalha o especialista.

Ainda de acordo com o otorrinolaringologista, os tipos mais comuns de otites são a externa, causada na maioria das vezes pelo contato excessivo com água de praia e piscina, afetando principalmente crianças e bebês, e a média, que atinge o ouvido de forma mais profunda, afetando a região do tímpano e os ossículos que fazem parte do ouvido.

Para maior segurança, o diagnóstico da otite é feito preferencialmente por um otorrinolaringologista, profissional indicado também para recomendar o melhor tratamento que, na maioria das vezes, inclui uso de antibióticos e antifúngicos, os quais são aplicados diretamente no ouvido, associados ou não a medicações por via oral. O otorrinolaringologista afirma que o paciente não deve se aventurar na automedicação e lista algumas dicas para evitar o problema.

- Não nadar nem mergulhar em águas poluídas.
- Fazer uso de protetor auricular ou tampão de ouvido para impedir a entrada de água no ouvido.
- Evitar impacto do ouvido contra a água durante o mergulho.
- Utilizar toalha limpa e seca nos ouvidos após nadar, mergulhar e até mesmo durante o banho.
- Não introduzir cotonetes, grampos ou outros objetos no canal externo do ouvido.
- Procurar auxílio médico para a orientação sobre a melhor forma de tratamento e investigação de qualquer persistência de sintomas desconfortáveis.



POR IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifício, UniFMU, do Cieel/O Estado de São Paulo, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), Superior de Guerra (ESG) e da Magistratura do Tribunal Regional Federal – 1ª Região, professor honorário das Universidades Austral (Argentina), San Martín de Porres (Peru) e Vasili Goldis (Romênia), doutor honoris causa das Universidades de Craiova (Romênia) e das PUCs PR e RS, catedrático da Universidade do Minho (Portugal), presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomercio-SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

PESPECTIVAS ECONÔMICAS PARA O BRASIL EM 2024

O ano de 2023 para o Brasil não foi um desastre econômico, mas ficou longe de ser um sucesso.

A agropecuária salvou o governo Lula de um resultado negativo. Tendo crescido em relação a 2022, no período da safra e no começo do ano atingiu números expressivos que compensaram a acentuada queda do PIB nos 2º e 3º trimestres, permitindo uma evolução na ordem de aproximadamente 3%.

O déficit orçamentário previsto de muito mais de 100 bilhões de reais derrubou o bom resultado do último ano do governo anterior, num superávit acima dos 50 bilhões de reais.

A reforma tributária, aprovada em nível de Lei Suprema, sem conhecimento dos projetos de legislação infraconstitucional, assim como os impactos em cada unidade federativa e em cada segmento empresarial, continua sendo aplaudida pelos desconhecidos do sistema tributário e gerando perplexidade e dúvidas naqueles que o entendem.

A convivência de 2 sistemas (o antigo, dito como caótico, e o novo de 2026 a 2033), no mínimo trará para todas as empresas do Brasil um complicador, ou seja, continuar com o velho sistema por 8 anos, se não houver prorrogação, e acrescentar o novo desconhecido. Este terá que ser estudado com cuidado nos termos da Carta Magna e da legislação decorrente, lembrando-se que o texto que se pretende simplificador na sua origem, é 3 vezes mais extenso do que o atualmente previsto na CF/88.

Enfim, quando se conhecerem as alíquotas e os impactos na federação e na empresa nacional, durante as propostas legislativas, a indústria não protestará, pois foi a grande incentivadora e beneficiária do projeto, mas os setores de serviço, comércio e agropecuária, que terão um peso, em alguns segmentos muito superior à atual carga tributária, certamente criarão seus lobbies no Congresso para gerar novas exceções.

O certo, porém, é que o Brasil ostentará a maior alíquota de imposto sobre o valor agregado (IVA) do mundo.

Na política, o Executivo - cuja eleição foi assegurada pelo Supremo Tribunal Federal, no dizer de um dos Ministros, pois auxiliou a vencer o outro candidato, segundo outro Ministro, - mantém ótimas relações com a Suprema Corte e difíceis com o Congresso Nacional.

O Supremo Tribunal Federal, que se auto outorgou o direito de legislar em algumas matérias como aborto, drogas, marco temporal das terras indígenas, etc., transformou-se não só no poder técnico (de julgar), mas também no poder político, ao ponto de sugerir nomes para a própria Suprema Corte ao Presidente da República, com sua aceitação.

Essa transformação de uma Casa de interpretação das leis numa Casa Legislativa, gerou tensões e reação principalmente do Senado, que é a única Corte capaz de punir Ministros do STF, com projetos de Emenda Constitucional, dos quais um já fora aprovado na casa dos Estados (PEC 8/2021), desagradando os magistrados do Pretório Excelso.

Entendem os senadores, assim como eu, que o artigo 49 inciso XI obriga - é um “poder-dever” -, o parlamento a defender sua competência normativa perante a invasão de outros Poderes. Está assim redigido:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: (...) XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

Por fim, por ser o Congresso um poder de maioria conservadora e o Executivo um governo de esquerda, todos os projetos de lei por este propostos exigirão muito trabalho para serem aprovados e a concessão de recursos orçamentários para bases eleitorais dos parlamentares que possam votar a seu favor gerará um acréscimo orçamentário, sendo, pois, o custo político desfigurativo das contas públicas.

À falta de segurança orçamentária para combater a inflação, a política monetária do Banco Central é o único caminho que resta para enfrentá-la.

Nada obstante tais problemas a serem enfrentados no ano de 2024, certamente com PIB menor que em 2023, sou otimista por acreditar mais na sociedade do que nos governos - que sempre são maus empregadores para o empreendedorismo e para o desenvolvimento nacional -, pois sei que a iniciativa privada brasileira se reinventará.

Para o Brasil, sempre confiei na teoria do besouro, que os físicos declaravam não poder voar pelo peso do corpo e o tamanho das asas, mas, apesar dos prognósticos contrários, sempre voou. Assim são os empreendedores brasileiros, quando a doutrina econômica mostra que não podem crescer, crescem, pois tem a sabedoria da reinvenção.

Cartilha reúne orientações às brasileiras no exterior sobre violência

Ferramenta indica rede consular como local seguro para denúncias

FOTO: FREEPIK



POR FABÍOLA SINIBÚ

agenciabrasil.ebc.com.br

Orientações e informações sobre formas de identificar e denunciar diferentes tipos de violência contra a mulher foram reunidas em uma cartilha que tem como público-alvo brasileiras que vivem em outros países. Embora sujeitas a legislações diferentes das do Brasil, a ferramenta destaca que a rede consular é um local seguro para amparo e denúncias.

Lançada por meio de iniciativa conjunta dos ministérios das Relações Exteriores e das Mulheres, a cartilha define a violência como “mecanismo de controle da autonomia, da liberdade e dos corpos de meninas e mulheres. Trata-se de grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde pública”, alerta.

Formas de violência

No texto são descritas as diferentes formas em que uma mulher pode ser violada, como física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Cartilha explica também o ciclo em que a violência costuma se manifestar nos repetidos episódios, que costumam ter graus de violência cada vez mais aumentados.

De acordo com a cartilha, esses ciclos são compostos pelas fases de tensão, quando a raiva é manifestada na forma de xingamento, insultos e ameaças; fase de agressão, quando o descontrole explode na forma de agressão; e a fase de “lua de mel”, quando o violentador pede perdão, manifesta arrependimento e promete mudar com carinho e atenção.

Relação abusiva

São ainda descritos alguns sinais das relações abusivas como excesso de ciúme e controle, explosões de raiva, chantagens e ameaças por parte do agressor, além de dependência afetiva, sentimento de isolamento e solidão, e medo de sofrer mais agressões, por parte da vítima.

Proteção

Entre as dicas para se proteger da violência, está a busca por apoio e suporte social de instituições e serviços, independentemente da situação migratória. O texto esclarece que o consulado ou embaixada do Brasil é o serviço do Estado para apoiar as comunidades brasileiras no exterior e complementa "O consulado ou embaixada do Brasil não irá denunciá-la às autoridades migratórias. É comum que o agressor use esse tipo de chantagem."

Na ferramenta são divulgados ainda os possíveis caminhos a seguir para denunciar, como o endereço eletrônico do Portal Consular; o número de Whatsapp da Central do Ligue 180 que pode ser acessado pelo +55 (61) 9610-0180, ou por QR Code; além do site do Fala BR, da Controladora-Geral da União.

Convenção de Haia

A cartilha alerta sobre as consequências legais do deslocamento internacional de menores sem a autorização dos genitores, conforme prevê a Convenção de Haia. "É importante que mulheres que queiram viajar com seus filhos tenham a autorização do pai para evitar sofrer acusação de sequestro/subtração, que pode levar à perda da guarda."

O texto indica também o canal de comunicação com a Assistência Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União. Orienta ainda sobre como pesquisar os países que assinam a Convenção de Haia.

Golpes pela internet

Um dos possíveis caminhos para a violência apontado no material é a internet, por meio de golpes de relacionamentos virtuais ou propostas de emprego no exterior. A cartilha dá dicas de como se proteger e ficar atenta aos indícios de possíveis abusos, como roubo e violências. Também disponibiliza o número telefônico do Plantão Consular do Itamaraty: +55 (61) 9 8260-0610.

Venha conhecer

O nosso novo espaço!

Rua Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01 – Centro

Sênior Clínica

 (77) 3441-6853

 (77) 9 9957-6500

REALIZA
SEGUROS

adm.realizaseguros@gmail.com

operacional.realizaseguros@gmail.com

gislanageraliza@hotmail.com

Polícia Federal combate garimpo ilegal na Bahia e em Pernambuco

Mineral extraído era exportado para a China

FOTO: POLICIA FEDERAL

**JÉSSICA MATTIA**

jessica@pmaisg.com.br

A Operação Gameleira foi deflagrada Polícia Federal (PF) na manhã desta quarta-feira (17). Visa prender um grupo responsável por crimes de mineração ilegal, usurpação de bens da União, porte ilegal de explosivos e associação criminosa armada. Os envolvidos atuam em conjunto com diversos garimpeiros locais e estrangeiros na região de Jaguarari, Campo Formoso e Oliveira dos Brejinhos, no estado da Bahia.

Os policiais federais apuraram que os donos de uma fazenda em Jaguarari, onde vários pontos de garimpo funcionavam, organizavam e permitiam a extração de quartzo verde sem qualquer licença ambiental ou autorização da Agência Nacional de Mineração (ANM). O garimpo era feito mediante o pagamento de valores. O mineral extraído era exportado para a China, através do porto de Salvador, em contêineres.

Mineração ilegal

Desde as primeiras horas da manhã de hoje, mais de 70 policiais federais cumprem mandados de prisão preventiva, mandado de prisão internacional e mandados de busca e apreensão nas cidades de Salvador, Campo Formoso, Jaguarari e Oliveira dos Brejinhos, na Bahia; e Petrolina, em Pernambuco.

Segundo a PF, os investigados responderão pelos crimes de mineração ilegal, usurpação de bens da União, porte ilegal de explosivos e associação criminosa armada, cujas penas, somadas, ultrapassam 15 anos de prisão.



Casa do Agricultor
PRODUTOS AGRÍCOLAS E VETERINÁRIOS

Org.: Aloisio Miguel Rebonato
Edmilson Bastos Batista

Fone: (77) 3473-1347

Vendas de Bombas, motores e máquinas agrícolas e toda linha completa de sistema de irrigação.

amrebonato@yahoo.com.br casaagricultora@bol.com.br
End.: Pça. Inácio Alves, 182 - Centro - Macaúbas - BA

Estudantes da rede estadual do interior da Bahia desenvolvem sacolas de bioplástico feito com sisal

ASCOM/SEC

www.ba.gov.br

Cinco estudantes do curso de Análises Clínicas do Centro Territorial de Educação Profissional (Cetep) do Sisal II, no município de Araci, desenvolveram um projeto inovador para a criação de sacolas de bioplástico a partir do sisal, matéria-prima encontrada em abundância na região. Esta foi uma solução encontrada para a diminuição do impacto que outros produtos não degradáveis causam ao meio ambiente. A educação, através da iniciação científica, em uma escola do interior da Bahia, promove uma verdadeira transformação na vida de toda a comunidade e dos alunos, Gabriel Carvalho Silva, Nicolas Pimentel e Êdrian Santana, todos com 16 anos, e Taila Carvalho de Jesus, 17 anos. Protagonistas dessa mudança, eles se sentem cada vez mais engajados e incentivados a desenvolverem outros projetos.

Sob a orientação da professora Pachiele Cabral, o grupo de estudantes considera que um conjunto de fatores foi determinante para que a ideia, iniciada em outubro de 2023, saísse do papel e seguisse com debates em sala de aula, pesquisas e observações do cotidiano sobre a quantidade de descarte de lixo de forma inapropriada no meio ambiente. "O sisal é nosso ouro local. Por ser um material sustentável, além de não agredir o meio ambiente, garante também o baixo custo de produção e incrementa a economia da região, agregando valor ao produto", ressaltou a educadora, se referindo à planta bastante comum no Nordeste do Brasil, amplamente utilizada na produção de cordas, tapetes e outras peças têxteis.

Ainda segundo a professora, os depoimentos dos pais e de outros professores sobre o quanto essa experiência transformou a vida dos alunos demonstram também o quanto a Ciência abre portas. Ela ressaltou que os alunos encontraram uma alternativa mais ecológica ao plástico comum, de origem fóssil. "Uma grande vantagem é que eles são menos persistentes no meio ambiente, podendo ser biodegradados por bactérias, algas e fungos, que os convertem em biomassa, dióxido de carbono e água, não gerando microplásticos", explicou.

Única representante feminina do grupo, Taila avalia que sua participação no projeto foi muito interessante, assim como exigiu muito esforço. "Não é a primeira proposta de uma sacola biodegradável no mercado, mas o projeto foi algo desafiador porque apenas 3% do sisal é aproveitado na produção de fibras. O restante é desperdiçado e descartado. Com isso, mostramos que é possível aproveitar mais ainda o produto que existe em grande quantidade no nosso Estado com algo possível de ser utilizado no dia a dia. Foram muitas tentativas, tivemos que rever exaustivamente a metodologia até que conseguimos chegar em um nível de qualidade que consideramos ideal", explica.

O próximo passo, antes de iniciar o processo de fabricação, será a realização de testes de qualidade para entregar ao consumidor um produto sustentável, de alta performance e que beneficie o meio ambiente. Conforme a professora Pachiele Cabral, o bioplástico do sisal possui potencial para se transformar em fertilizantes, contribuindo ainda para práticas ecologicamente mais responsáveis.

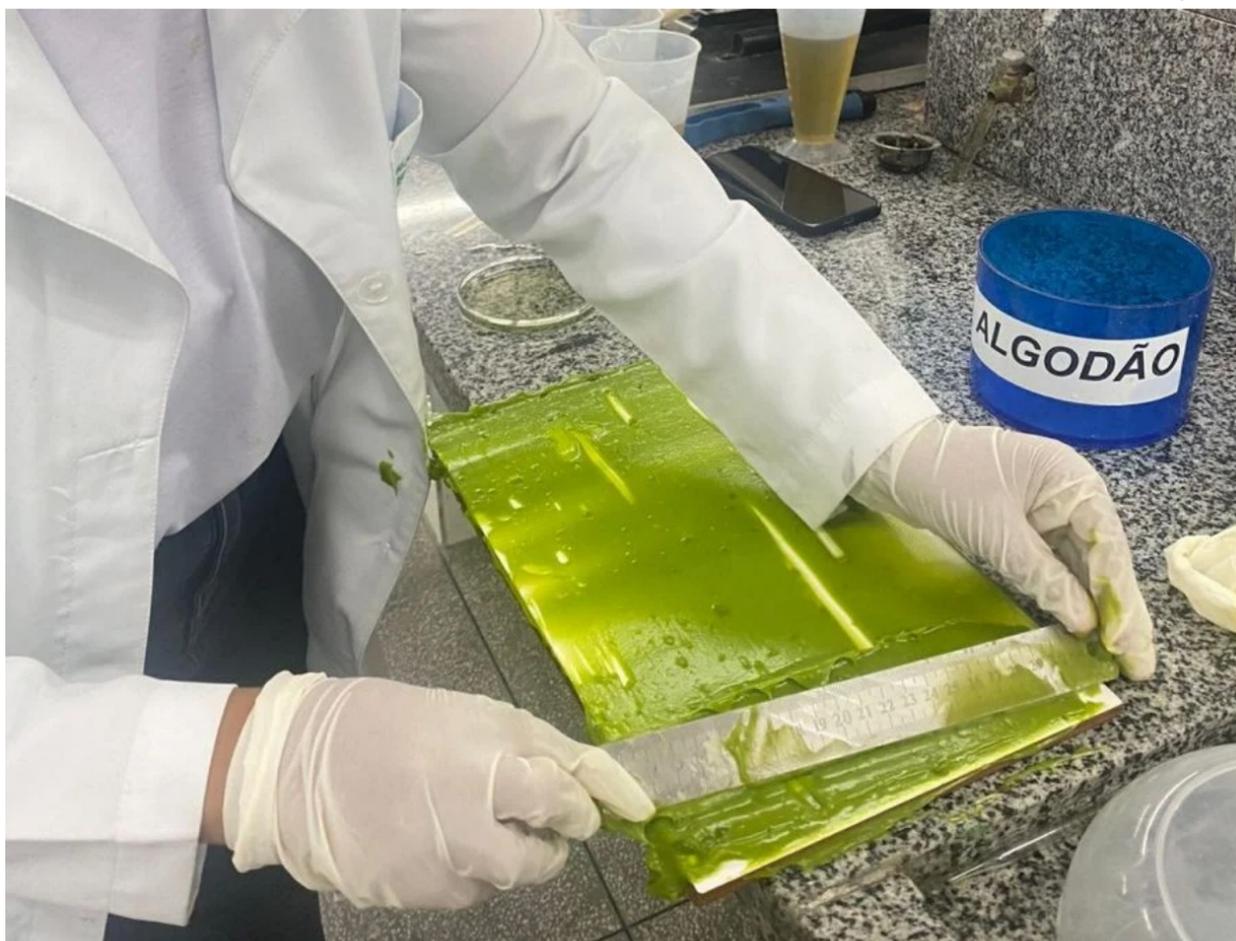


FOTO: DIVULGAÇÃO/SEC

Outras iniciativas

Em 2022, cinco alunos dessa mesma unidade de ensino desenvolveram um projeto que foi premiado nacionalmente, também sob a orientação da professora Pachiele Cabral, para a produção de luvas mais sustentáveis, utilizando o sisal. Os estudantes Adrielle Pietra, Isabel Silva, Luan Santos, Maria Isabella e Sarah Moura encontraram a solução sem a necessidade de irem muito longe para conseguir a matéria-prima, que é encontrada com grande facilidade na região onde moram. Além de prêmios na Feira Brasileira de Ciência e Tecnologia (Febraci), na Universidade de São Paulo (USP), o projeto conquistou destaque como a escolha do júri popular na edição brasileira, realizada pela empresa Samsung.

Comarca de Vitória da Conquista recebe 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PMVC

pmvc.ba.gov.br

Com a assinatura de um Termo de Cooperação Administrativa entre o Município e o Estado, por meio do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), a Comarca de Vitória da Conquista acaba de receber a 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. A instalação da nova unidade foi oficializada nesta quarta-feira (17) pelo presidente do TJ-BA, o desembargador Nilson Castelo Branco, que aproveitou a ocasião para agradecer à prefeita Sheila Lemos pela cessão de 28 servidores para comporem a futura equipe de trabalho da vara. “Os poderes são independentes entre si, mas são harmônicos”, comentou Castelo Branco.

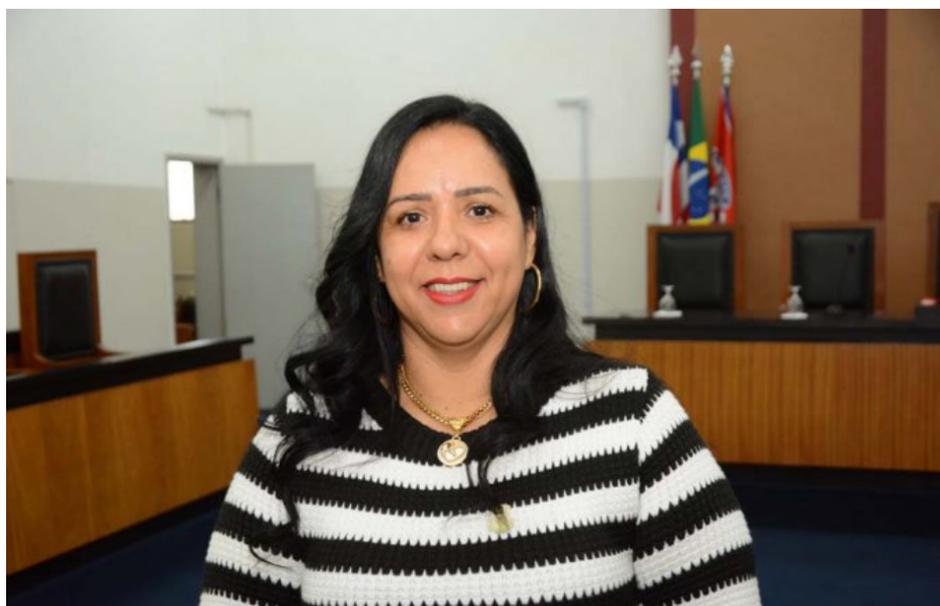
FOTO: DIVULGAÇÃO

As instalações da 2ª Vara foram inauguradas no mesmo dia, no 5º andar do Fórum João Mangabeira. “É uma vitória para a nossa cidade, pois essa é uma luta já de muitos anos”, comemorou a prefeita Sheila Lemos, que também se envolveu nas reivindicações pela instalação da segunda vara, ao lado da juíza da 1ª Vara, Juliane Nogueira, da seção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e de outras representações da comunidade.

Sheila recordou, por exemplo, uma reunião de que participou em 29 de junho de 2022, na sede do TJ-BA, quando ela apresentou ao presidente do órgão, entre outras demandas, a necessidade da instalação de uma segunda vara na comarca local. “Na verdade, queremos que a violência contra a mulher acabe. Mas, para isso, a gente precisa ter todos os meios para que a mulher consiga realmente ter esse apoio. E a instalação da segunda vara é de suma importância para que ela consiga realmente ter os seus direitos”, exultou a gestora.

Sheila destacou, ainda, que a instalação da 2ª Vara ocorre num momento em que o município já dispõe de uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – o que ela considerou “uma vitória muito importante para todas as mulheres do nosso município”. A titular da pasta, Viviane Ferreira, também celebrou a chegada de mais uma instância jurídica para atuar em defesa das mulheres contra a violência doméstica e familiar. “É importante pensar que, quando a cidade ganha mais um instrumento de defesa, significa dizer que o Estado está olhando por essas pessoas, atendendo-as em suas necessidade e buscando alternativas para que todos os cidadãos ganhem celeridade nos processos e nas políticas de proteção e defesa das mulheres”, afirmou Viviane.





Viviane Ferreira



Rogério Bara Marinho

Com a instalação da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, espera-se que, com a ampliação do aparato jurídico, haja mais equilíbrio e seja diminuído o excesso de demandas que chegam à 1ª Vara. O promotor responsável, Rogério Bara Marinho, também celebrou a conquista. "É um número muito elevado de processos. Então, com a chegada da segunda vara, e a divisão, aí vai dar mais efetividade à situação", observou.

"Quando os mecanismos sociais falham, o Poder Judiciário é chamado subsidiariamente para aplicar uma pena àqueles que praticam a violência contra a mulher", afirmou Nilson Castelo Branco, a fim de explicar os motivos pelos quais há uma sobrecarga de demandas na 1ª Vara. "Não é possível que a mulher, após conquistar tantos espaços, ainda seja vítima de violência por parte dos homens. Então, o Poder Judiciário age com pulso firme quando os mecanismos sociais falham. Quando a educação falha, ele vem como última instância para tentar mitigar o problema", concluiu.



PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE ATO DO OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS, expedido nos autos da USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL.

A Oficial Delegatária **Maria Eulália Viana Leite Cotrim** do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Brumado, do Estado da Bahia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** que **AGUINALDO VILASBOA DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, maior, empresário, RG 13.848.694-84 SSP/BA e CPF 028.174.285-52, residente e domiciliado na Rua Virgílio da Costa Ataíde, nº 432, Bairro Dr. Juraci Pires Gomes, Brumado/BA, protocolou pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL, visando a declaração de domínio sobre o imóvel urbano localizado na **Rua Virgílio Ataíde, nº 432, Bairro Mercado, Brumado-BA**, que após o Georreferenciamento perfaz uma área global de **184,36m²**, com inscrição cadastral **01.09.005.0367.001**; tudo conforme planta memorial descrito e anotação de responsabilidade técnica-ART, apresentada neste Ofício. Alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente Edital para citação para, no prazo de 15 (quinze) dias, interessados incertos, desconhecidos e/ou eventuais interessados, contestem o feito, sob pena de presumir aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Autor. Será o presente Edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Brumado-Bahia, 17 de janeiro de 2024. A Oficial: *[Assinatura]*

[Assinatura]
CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
E HIPOTECAS
Ivana Eulália Viana Leite Cotrim
Oficial
Rua Teodoro Sampaio, 22 Centro Brumado BA
CEP 46.100-000 Tel. (77) 3441-5524
*NP: 13 242 318/0001.20

IVAN MARTHINS
O Fornozeiro da Bahia
99993-1812 vivo
99200-1316 TIM



POR PAULO HAYASHI JR.

Doutor em Administração. Professor e pesquisador da Unicamp.

A CONQUISTA DA FELICIDADE

A existência humana não é uma tarefa fácil. Todavia, quando bem direcionada pode trazer recompensas atemporais. O essencial é o comprometimento com o progresso pessoal e o alinhamento com Deus. Edificar as boas obras e o conhecimento de um mundo que transcende o físico é vital para compreender que a vida não é para ser desperdiçada ou vivida sem propósitos. As oportunidades do presente são para as realizações que enriqueçam as memórias e também a aprovação da consciência. Esta última, como legítimo altar e tribunal interno que avalia o andamento do indivíduo na caminhada sob a terra. Mais do que as riquezas transitórias, o acúmulo das luzes internas que darão testemunha de nossa aprovação ou não.

Como legítima escola, o mundo nos traz provações para o avanço nas séries estelares. Somos requisitados ao testemunho e às obras de Deus para participar como colaboradores fiéis. Seja por meio da reforma íntima em torno da sabedoria e do amor, seja por meio da transformação externa em condições melhores. Alegregar-se com a alegria alheia, com o bem-estar do próximo, assim como a paz de consciência representam tesouros de grande valia. Todavia, é preciso que o discípulo de Cristo tenha consciência do que importa e que no processo de maturidade e desenvolvimento humano, nem tudo é válido. O espírito se alegra com o seu desenvolvimento através do estudo, do trabalho e da caridade. Avançar com a ajuda de si, do tempo e das bênçãos do universo representa o contentamento íntimo que necessitamos, plenos de amor e esperança.

OBSERVAÇÃO: Os artigos publicados não traduzem a opinião do Jornal do Sudoeste. Sua publicação tem como objetivo estimular o debate de ideias no âmbito político, cultural, científico e social.

anîma

SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920

